



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Serviços de Interesse Económico Geral e Concorrência

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Nuno Cunha Rodrigues – 2 horas semanais (um semestre)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A disciplina pretende estudar o enquadramento jurídico dos serviços de interesse económico geral à luz do direito da União Europeia, sabendo que a aplicação do direito da concorrência pode ser excepcionada relativamente a estes serviços quando tal se mostre conflituante com a sua prossecução.

Pretende-se proceder ao recorte da noção de SIEG e dos princípios gerais que a envolvem, partindo depois para o enquadramento financeiro da prossecução dos SIEG's à luz do direito europeu e do direito nacional.

Será igualmente dada atenção à realização de SIEG's por entidades privadas e à forma de adjudicação destes.

Conteúdos programáticos

Serviços de Interesse Económico Geral (SIEG) e concorrência

1. Enquadramento dos SIEG à luz do Direito da União Europeia:

- 1.1. Tratado da União Europeia;
- 1.2. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia;
- 1.3. O protocolo sobre SIEG;
- 1.4. A Carta dos Direitos Fundamentais

2. Caracterização dos SIEG:

- 2.1. Princípios fundamentais;
- 2.2. Os SIEG's e o direito da concorrência;
- 2.3. A jurisprudência do TJUE;
- 2.4. O conceito de actividade económica;

3. A compensação financeira pela prossecução de SIEG:

- 3.1. Evolução da jurisprudência do TJUE;
- 3.2. O acórdão Altmark Trans;
- 3.3. O livro verde sobre SIEG;
- 3.4. O pacote "Altmark" da Comissão Europeia;
- 3.5. As indemnizações compensatórias e o regime dos auxílios de Estado;
- 3.5.1. Enquadramento geral;
- 3.5.2. A directiva-transparência;
- 3.6. O direito nacional e os SIEG;

4. Os Serviços de Interesse Não-económico Geral;

5. A adjudicação e a prossecução de SIEG's por entidades privadas;

- 5.1. Enquadramento geral;
- 5.2. O artigo 106.º, n.º 1 do TFUE;
- 5.3. Procedimentos pré-contratuais;
- 5.4. Concessão "in-house";

6. A evolução dos SIEG no contexto europeu e nacional;



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O curso abrange o enquadramento jurídico do regime do SIEG's à luz do TFUE e do direito da União europeia derivado. Será dada igual atenção ao enquadramento financeiro dos SIEG distinguindo do regime dos auxílios de Estado.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino ministrado nesta unidade curricular tem uma índole teórica e prática.

No início do ano letivo, o regente estabelecerá uma ou mais das seguintes modalidades de avaliação de conhecimentos:

- a) exame final escrito ou oral;
- b) trabalho final escrito;
- c) avaliação contínua.

Se outro regime não for definido e comunicado aos alunos e ao Núcleo de Formação Pós-Graduada antes do início das aulas de cada semestre, a avaliação será realizada através de um exame final escrito ou de prova oral final.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino (avaliação incluída) visa a aplicação a situações concretas de modelos teóricos adquiridos, como é reclamado pelas especificidades das matérias jurídicas e sua relevância prática

Bibliografia principal

BOVIS, Christopher, *Financing services of general interest, public procurement and state aids: the delineation between market forces and protection?* in European Law Journal, vol. 11, n.º 1, Janeiro de 2005, pp. 79-109  
CADETE, Eduardo Maia, *Concorrência e Serviços de Interesse Económico Geral*, Principia, 2005  
GROMNICKA, Ewa, *Services of General Economic Interest in the State Aids Regime: Proceduralisation of Political Choices?*, in European Public Law, volume 11, issue 3, 2005, pp. 429-461  
MORAIS, Luís D. S., *O Mercado Comum e os Auxílios Públicos - Novas Perspectivas*, Almedina, Coimbra, 1993  
RODRIGUES, Nuno Cunha, *A contratação pública como instrumento de política económica*, Almedina, Coimbra, 2013  
RODRIGUES, Nuno Cunha, *Auxílios de Estado com finalidade regional*, in Estudos em Homenagem ao Prof. Pitta e Cunha, vol. I, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 885-915  
SIERRA, Jose Luis Buendia, *Exclusive rights and state monopolies under EC law*, Oxford University Press, 1999

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

## Curricular unit sheet

Course \_\_\_\_\_

Curricular unit

Services of General Economic Interest and Competition – Master in Law

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Nuno Cunha Rodrigues – 2 hours per week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

The course aims to study the legal framework for services of general economic interest in the light of European Union



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

law, knowing that the application of competition law can be excluded whenever the prosecution of these services is shown to be conflicting with them.

It is intended to define the concept of SGEI and the general principles surrounding it, and after, to explain the financial framework for the pursuit of SGEI's under EU law and national law.

Attention shall be given to the performance of SGEI `s by private entities and how to award these.

### Syllabus

#### Services of General Economic Interest ( SGEI ) and competition

##### 1. SGEI Framework in the light of European Union law :

- 1.1. Treaty on European Union ;
- 1.2. Treaty on the Functioning of the European Union ;
- 1.3. The Protocol on SGEI ;
- 1.4. The Charter of Fundamental Rights

##### 2. Characterization of SGEI:

- 2.1. Fundamental principles;
- 2.2. SGEI 's and competition law ;
- 2.3. The ECJ case law ;
- 2.4. The concept of economic activity ;
3. The financial compensation for SGEI :
- 3.1. Evolving jurisprudence of the ECJ ;
- 3.2. The Altmark Trans decision;
- 3.3. The Green Paper on SGEI;
- 3.4. The " Altmark " package from the European Commission ;
- 3.5. The compensation scheme and State aid ;

##### 3.5.1. General framework ;

##### 3.5.2 . The transparency directive ;

##### 3.6. The national and SGEI law;

##### 4. The Non - economic services of general interest ;

##### 5. The award of SGEI ` s private entities;

##### 5.1. General framework ;

##### 5.2. Article 106 , paragraph 1 TFEU . . ;

##### 5.3. Pre-contractual procedures ;

##### 5.4. "in-house" concession ;

##### 6 The evolution of SGEI in European and national context ;

#### Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The course covers the legal framework of the SGEI's under TFEU regime and other European law.

Equal attention is given to the financial regulation of SGEI distinguishing it from the scheme of State aid.

#### Teaching methodologies (including evaluation)

Teaching of this curricular unit has both a theoretical and practical nature.

At the beginning of the academic year, the Professor shall establish one of the following methods of evaluation:

- a) Final written or oral exam;
- b) Final written paper;
- c) Continuous evaluation (based on the work developed in class);

In the absence of an explicit adoption of one of these methods (addressed to the Post-Graduate Education Division) before the beginning of classes, evaluation is to be based on a final written or oral exam.

#### Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The teaching methodology (including evaluation) intends to allow the application to concrete situations of the theoretical models acquired, as is claimed by the specifics of the legal subjects and their practical relevance

#### Main Bibliography



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

BOVIS, Christopher, *Financing services of general interest, public procurement and state aids: the delineation between market forces and protection?* in European Law Journal, vol. 11, n.º 1, Janeiro de 2005, pp. 79-109  
CADETE, Eduardo Maia, *Concorrência e Serviços de Interesse Económico Geral*, Principia, 2005  
GROMNICKA, Ewa, *Services of General Economic Interest in the State Aids Regime: Proceduralisation of Political Choices?*, in European Public Law, volume 11, issue 3, 2005, pp. 429-461  
MORAIS, Luís D. S., *O Mercado Comum e os Auxílios Públicos - Novas Perspectivas*, Almedina, Coimbra, 1993  
RODRIGUES, Nuno Cunha, *A contratação pública como instrumento de política económica*, Almedina, Coimbra, 2013  
RODRIGUES, Nuno Cunha, *Auxílios de Estado com finalidade regional*, in Estudos em Homenagem ao Prof. Pitta e Cunha, vol. I, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 885-915  
SIERRA, Jose Luis Buendia, *Exclusive rights and state monopolies under EC law*, Oxford University Press, 1999

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.